

PESQUISAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: Estado do Conhecimento da Produção Acadêmica no Brasil (2020-2024)

Edna Luiza de Souza [1]

Edilaine Aparecida Vieira[2]

Círculo de Saber 01: Políticas Educacionais e Educação do Campo

Resumo: O estudo tem como objetivo identificar e analisar dissertações e teses desenvolvidas sobre a temática da Educação do Campo, a partir de um levantamento de dados obtidos no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, no período de 2020 a 2024. A pesquisa constitui um Estado do Conhecimento, voltado para as diferentes temáticas abordadas nesses estudos, bem como para a sua localização geográfica, ou seja, em que regiões do país essas pesquisas foram desenvolvidas, apresentando, assim, um retrato da produção acadêmica sobre o tema. O recorte foi realizado a partir do uso do descritor “Educação do Campo” e foi motivado por indagações como: Quais temáticas emergem com maior frequência nas dissertações e teses sobre Educação do Campo no período analisado? Em quais regiões do país se concentram essas produções? Em que medida essas pesquisas dialogam com os princípios da Educação do Campo e com os sujeitos do campo? Essas questões buscam contribuir para a compreensão do cenário atual da pesquisa acadêmica sobre a Educação do Campo no Brasil, evidenciando lacunas, avanços e perspectivas para futuras investigações.

Palavras chave: Educação do Campo, Escolas do Campo, Pesquisas acadêmicas.

Introdução

A proposta da Educação do Campo surge no Brasil na década de 1990, em contraposição ao antigo modelo de Educação Rural, predominante no país ao longo do século XX. Esse modelo estava vinculado ao projeto de desenvolvimento urbano-industrial, era caracterizado por um número reduzido de escolas no meio rural, com baixos níveis de escolarização, geralmente restritos ao ensino primário, e por propostas pedagógicas que reproduziam ideários urbanos, descoladas da realidade e das necessidades das populações do campo. Esse modelo permaneceu vigente por muito tempo, contribuindo para a invisibilização dos sujeitos e pela negação em muitos casos do direito à escolarização.

[1] Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Professora da Rede Pública do Paraná. E-mail souzaedna@gmail.com.
[2] Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina - Campus de Blumenau. E- mail edilaaparecidavieira@gmail.com



A Educação do Campo nasce, portanto, com o objetivo principal de “associar lutas de diferentes sujeitos particulares com interesses sociais comuns, no movimento entre a luta por direitos feita diretamente por quem se percebe excluído deles” (CALDART, 2015, p. 83). Trata-se de um projeto pedagógico diretamente ligado às práticas sociais dos coletivos do campo, articulado às lutas no contexto da questão agrária brasileira, que envolve tanto a resistência e permanência das famílias na agricultura quanto a conquista da terra, articuladas por movimentos sociais do campo.

No Brasil, o processo de construção da Educação do Campo possibilitou importantes avanços no campo das políticas públicas, especialmente a partir da aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2001, e do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Este decreto dispõe sobre a política de Educação do Campo, institui o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e consolida os princípios orientadores da EdC, contribuindo para repensar a organização escolar nos territórios rurais, além de elevar a Educação do Campo à condição de política de Estado (BRASIL, 2010; BRASIL, 2012). Além dessas normativas, outras legislações também foram elaboradas com o objetivo de assegurar o direito à educação das populações do campo, reconhecendo suas especificidades sociais, culturais e territoriais.

Esse avanço, tanto do ponto de vista do paradigma de campo quanto do paradigma educativo, marcado pelo crescimento do número de experiências escolares, pela vinculação com os movimentos sociais e com os sujeitos do campo, e pelo fortalecimento das políticas públicas e da legislação, permitiu que a Educação do Campo ganhasse representatividade como uma categoria legítima de pesquisa. Essa consolidação se refletiu na ocupação de espaços nas universidades, seja na oferta de cursos de graduação e pós-graduação, seja na criação de linhas de pesquisa específicas. Como resultado, houve um aumento significativo na produção de conhecimento, expresso em um conjunto amplo e diverso de pesquisas voltadas para essa temática, como já aponta pesquisa como Souza (2007), Carvalho (2018), Molina Antunes-Rocha e Martins(2019).

Neste trabalho, será apresentado um Estado do Conhecimento das pesquisas sobre



a Educação do Campo no Brasil. Trata-se de um mapeamento que busca identificar as principais temáticas abordadas nos estudos produzidos entre 2020 e 2024, bem como sua distribuição geográfica, ou seja, em que regiões do país essas pesquisas foram desenvolvidas. O objetivo é oferecer um retrato da produção acadêmica sobre o tema no período recente, contribuindo para a compreensão das tendências, ênfases e lacunas que atravessam esse campo de investigação.

Metodologia

Esta pesquisa possui um viés tanto quantitativo quanto qualitativo, pois envolve, por um lado, o levantamento da quantidade de dissertações e teses localizadas sobre a temática da Educação do Campo no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e, por outro, a análise qualitativa dos resumos e das palavras-chave, com o objetivo de classificar os estudos em categorias que emergiram de uma primeira análise dos artigos. A opção pela abordagem do tipo "Estado do Conhecimento" articula-se à finalidade de analisar a produção científica sobre um tema específico — neste caso, a Educação do Campo — em um determinado período, compreendido entre os anos de 2020 e 2024. De acordo com Romanowski e Ens (2006, p. 39), um estudo que “aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de Estado do Conhecimento”. Assim, esse tipo de estudo tem sido amplamente utilizado para mapear a produção científica em um determinado campo, contribuindo para uma visão sistemática do conhecimento já acumulado, destacando aspectos teóricos e metodológicos, e apontando lacunas e possibilidades para novas investigações.

O estudo foi realizado a partir de uma amostra composta por 1140 trabalhos entre dissertações e teses em sua grande maioria na área de Educação e Ensino defendidas, no período de 2020 a 2024, nas diversas instituições de nível Superior localizadas em diferentes localidades pertencentes às cinco regiões brasileiras.

A opção pela análise da produção presente nesses trabalhos se justifica pelo fato de visualizar o panorama das produções realizadas, em diferentes realidades



regionais, tanto nos seus aspectos culturais, sociais, territoriais, econômicos e políticos.

Os trabalhos foram selecionados a partir da presença de menções à Educação do Campo, em seus títulos e/ou resumos. A busca foi realizada nos arquivos digitais da CAPES, permitindo a localização de produções, autores, instituições, resumos e textos completos.

Considerando a diversidade de abordagens sobre o tema nos trabalhos selecionados, foi feita a leitura dos resumos e, em alguns casos, dos textos na íntegra, com o objetivo de identificá-los e classificá-los. Para auxiliar nessa classificação, adotou-se como um dos referenciais teóricos a perspectiva de Sacristán (2013), que entende as políticas curriculares como o conjunto de deliberações e condições que moldam os conteúdos e a implementação do currículo. Segundo o autor, a força e a eficácia desse instrumento manifestam-se em diversos aspectos: nos usos e costumes que institui, na organização da escola, na divisão do tempo pedagógico, na especialização docente e na própria lógica da aprendizagem (p. 23).

Outra perspectiva adotada como pressuposto teórico é a da cultura experiencial, proposta por Pérez Gómez (2001, p. 205), que emerge como uma chave para compreender a constituição do sujeito e sua interação com o mundo. Esse conceito serve de alicerce para a construção das interpretações individuais da realidade, ou seja, da forma como cada indivíduo apreende e atribui significado aos fenômenos naturais e sociais que o cercam, das estratégias e ações desenvolvidas para atuar e transformar o ambiente, bem como da rotina e dos padrões de conduta que orientam sua interação cotidiana com o contexto em que vive.

Assim os trabalhos selecionados foram classificados nas seguintes categorias:

- Legislação e direitos à educação do Campo.
- Documentos norteadores para a elaboração dos currículos nas diferentes etapas e níveis de ensino
- Políticas públicas dos programas e subsídios financeiros
- Políticas públicas de formação Inicial e Continuada

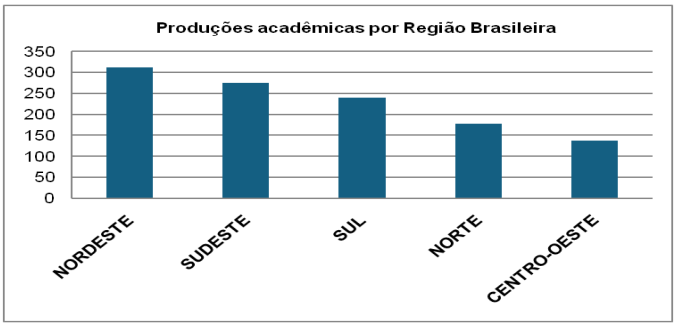


- Cultura experiencial
- Outras temáticas

Resultados e discussões

Quanto à distribuição por regiões dos trabalhos analisados

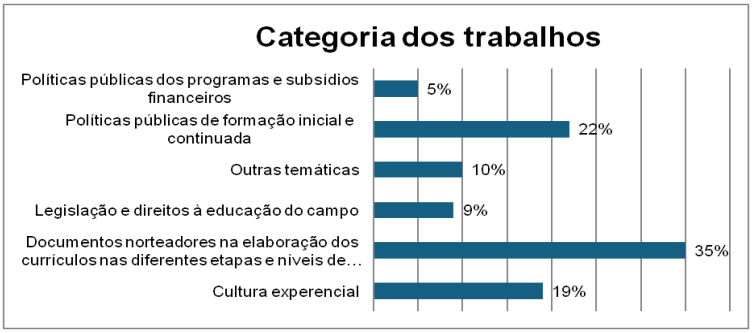
A análise dos trabalhos permitiu visualizar a distribuição dos trabalhos nas seguintes regiões brasileiras conforme figura 1.



Fonte: Souza;Vieira, 2025

Quanto aos temas abordados nos trabalhos

Como toda classificação, apesar de apresentar suas idiossincrasias, principalmente pelo fato de que algumas das temáticas se interpenetram, essa opção permitiu uma boa visualização de como as temáticas relativas à Educação do/no Campo foram sendo discutidas nas diversas regiões brasileiras. Alguns poucos resultados, tomados como exemplos, apresentados a seguir, demonstram como essas têm sido abordadas nas pesquisas acadêmicas.



Fonte: Souza;Vieira, 2025



Na categoria *Documentos norteadores para a elaboração dos currículos nas diferentes etapas e níveis de ensino*, foram encontrados diversos trabalhos contemplando os aspectos da Base Nacional Comum (Barbosa, 2023, Almeida, 2024), das Diretrizes Curriculares Nacionais e Regionais (Santana, 2024; Sá, 2024) dos Projetos Políticos Pedagógicos e seus aspectos relacionados aos conteúdos dos componentes curriculares, das metodologias, dos materiais didáticos, das práticas pedagógicas, dos recursos digitais e avaliação (Martins, 2023; Lima, 2022, Gomes, 2022). Em relação aos componentes curriculares, foi localizado um número expressivo de produções relacionadas à área de Matemática (Silva, 2022). Outro destaque foi o achado de um grande número de pesquisas sobre práticas pedagógicas relacionadas com as tecnologias digitais durante a pandemia da COVID 19 e após esse período em novas inserções de recursos digitais e tecnológicos nas salas de aula (Almeida, 2024).

Na categoria *Políticas Públicas dos Programas e Subsídios Financeiros*, os trabalhos discutem, as questões dos programas e projetos voltados para a Educação do Campo (Sobral, 2024) como também aspectos sobre subsídios financeiros como o transporte escolar e financiamentos para a educação. (Martins, 2023). O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) foi instituído oficialmente em 1998, por meio da Portaria nº 10, de 30 de abril de 1998, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Surgiu como resultado das lutas dos movimentos sociais do campo, especialmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em diálogo com o Estado, com o objetivo de garantir o acesso à educação formal às populações assentadas da reforma agrária.

O PRONERA é uma das primeiras conquistas da Educação do Campo, sendo amplamente referenciado em diversos trabalhos que analisam sua trajetória e suas ações. Essas produções abordam diferentes experiências e movimentos vinculados à escolarização em vários níveis de formação, desde a Educação de Jovens e Adultos até a pós-graduação, além de destacarem a importância do programa na formação de professores que atuam nesses contextos.



As *políticas públicas de Formação Inicial e Continuada* concentram em sua maioria aspectos teóricos, metodológicos e de articulação com as necessidades no atendimento às especificidades das comunidades escolares do campo (Menezes, 2023). A maioria dos trabalhos refere-se à formação inicial, com foco específico nas Licenciaturas em Educação do Campo (Cardoso, 2020, Rodrigues, 2022). Os dados evidenciam a potencialidade dessa experiência formativa, que se caracteriza por uma matriz curricular própria, fundamentada na pedagogia da alternância e voltada à formação de professores para atuarem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e em áreas específicas, como Ciências da Natureza, Linguagens, Ciências Humanas e Matemática.

Em *Legislação e Direito à Educação do Campo*, foram selecionados os trabalhos que contemplavam a criação das escolas do campo, como as lutas e resistências das comunidades na permanência das escolas (Hoeller, 2020; Kelfer, 2020) como também no fechamento, nucleação das escolas do campo e os retrocessos das políticas públicas em prol da Educação do e no campo (Correa, 2021). Nessa categoria, são evidentes tanto a existência de legislações voltadas à Educação do Campo quanto a insistência e resistência das comunidades na luta pela garantia do acesso à escola, pela permanência das escolas em seus territórios e pela abertura ou reabertura de unidades escolares. Essas ações são marcadas por processos de luta coletiva e pelo forte envolvimento das comunidades locais.

Os trabalhos relacionados à Cultura Experiencial apresentam discussões que ressaltam as interações entre saberes locais, tradições (Soares, 2023), vivências e modos de vida (Araújo, 2024), bem como as percepções construídas ao longo da trajetória social dos povos de uma comunidade (Santos, 2020). Destacam-se, ainda, o olhar para a identidade dos professores e estudantes, que é construída, modificada e mantida nas escolas do campo presentes nos mais diversos espaços territoriais (Barbosa, 2022.).

Na categoria Outras Temáticas incluem-se temas como direitos humanos , agronegócio, agroecologia, educação sexual, violência na educação (Moreira, 2021; Cordeiro, 2022).



Algumas considerações

A análise da produção acadêmica composta por teses e dissertações revela que o debate, a teorização e as pesquisas acerca da Educação do Campo estão presentes em universidades localizadas em diversas regiões do Brasil. Esses estudos refletem a riqueza e a diversidade cultural dos territórios onde as populações do campo vivem, evidenciando suas especificidades e modos de vida distintos.

Entre os grupos sociais contemplados nessas pesquisas destacam-se os povos ribeirinhos, camponeses, quilombolas, indígenas, assentados. Essas comunidades têm se fortalecido e resistido historicamente por meio de ações coletivas que visam garantir a efetivação do direito à educação em seus espaços territoriais.

Importante ressaltar que houve um número expressivo de produções em que as experiências, vivências, as tradições e as lutas contínuas dos movimentos sociais discutem as possibilidades e as lacunas das políticas públicas educacionais vigentes para a visibilidade desses povos e o respeito ao espaço educacional em suas comunidades.

Mesmo considerando os limites de uma análise realizada a partir da leitura dos resumos, é possível observar um reconhecimento do sujeito enquanto pertencente a um espaço social, o que indica que, de maneira geral, há um diálogo com os princípios da Educação do Campo e com os sujeitos do campo.

Embora haja consenso no meio acadêmico de que a Educação do Campo é uma política necessária e fundamental para as comunidades rurais, percebe-se nos estudos que ainda ocorrem retrocessos. Apesar da instituição de uma legislação específica que altera a LDB, o fechamento de escolas continua acontecendo. Da mesma forma, escolas têm sido nucleadas, inclusive em espaços urbanos, e ainda há ausência, nos documentos norteadores curriculares, da inserção dos aspectos históricos e metodológicos referentes às especificidades locais.

Constatou-se a presença de estudos relacionados às diversas modalidades de ensino como a Educação Especial, Educação em Tempo Integral, Educação Profissional e aos níveis de Ensino desde aos desafios da Educação Infantil e as



mudanças do Novo Ensino Médio como as necessidades da formação continuada e inicial aos professores. Isso reforça que as comunidades são vivas e atuantes em sua formação de comunidade e territorialidade e seus sujeitos permanecem, alguns resistem e lutam diariamente enquanto uma organização social local e global.

Referências

ALMEIDA, L. de. **Inserção das tecnologias digitais nas escolas situadas no campo: um protocolo para a prática pedagógica**. 2024. 198 f. Tese (Doutorado Profissional em Educação Profissional e Novas Tecnologias)- Centro Universitário Internacional Uninter. Curitiba, 2024.

ALMEIDA, M.L.R.S. **A BNCC das escolas do campo: A implementação em Escolas em área de Reforma Agrária no município de Nina Rodrigues-MA.** 2024 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

ARAÚJO, C.R.S. **Narrativas de si: Memórias da escolarização na zona rural do distrito de São José da Mata, município de Campina Grande - PB** (1990-2010). 2024. 208 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades,Campina Grande, 2024.

BARBOSA, F.C. **Relação escola-comunidade: a importância da escola no campo.** 2022.162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2022.

BARBOSA, M.A.H. **Os direitos das crianças na BNCC da educação infantil: a perspectiva de docentes de uma escola do campo.** 2023. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Campina Grande - Centro de Humanidades, 2023, Paraíba, 2023.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 . Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/ decreto/d7352.htm. Acesso em: 08 jul. 2025.



BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 5 nov. 2010.

CALDART, R. S. **Caminhos para transformação da escola**. São Paulo: Expressão Popular (2015).

CARDOSO, E.C.F. **A formação de professores de Ciências na Licenciatura em Educação do Campo: tecendo tramas na alternância.** 2020. 229 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Matemática)- Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

CORDEIRO, T.G.B.FIGUEIREDO de. **A hegemonia do agronegócio do campo à educação: coerção e consenso na ofensiva contra a luta por terra e por Educação do Campo.** 2022. 421 f. Tese (Doutorado em Educação e Humanidades)- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

CORRÊA, V.S. **Educação do Campo: um estudo da política de nucleação e fechamento das escolas do campo no município de Cametá/PA**. 2021. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) -Universidade Federal do Pará, Cametá, 2021.

GOMES, A.M.C. **Educação do campo e os saberes da Geografia: paisagem e território.** 2022. 111 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

GÓMEZ, Pérez. A. I. **A cultura escolar na sociedade neo-liberal.** Porto Alegre: ARTMED, 2001

HOELLER, S.C. **A política de educação do campo: trajetória, contradições e limites**. 2020. 258 f. Tese (Doutorado em Educação)-Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020.

KELFER, G. **História da implantação da educação do campo na comunidade de São João da Barra Seca, Colatina-ES: implicações na emancipação social dos camponeses.** 2020. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola)-Universidade Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

LIMA, N.A. de. **Entre a Educação Rural e a Educação do Campo: práticas pedagógicas no processo de transformação da Escola Rural em Escola pública no/do Campo.** 2022. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2022.



MARTINS, A.A. **A avaliação da aprendizagem nas escolas inseridas em territórios rurais de Uberlândia: práticas ou práxis-avaliativas?** 2023. 361 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

MARTINS, M. **Educação ribeirinha e o transporte escolar no Combu: direitos, partilhas e reflexões.** 2023. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

MENEZES, T. L. de. **Formação continuada de professores de escolas dos núcleos rurais do município de Dias D'Ávila -Bahia: educação do campo no plano de formação**. 2024. 122 f. Dissertação (Mestrado em Intervenção Educativa e Social)- Universidade do Estado da Bahia. Serrinha, 2024.

MOREIRA, T.dos S. **A escola do campo e o enfrentamento à violência de gênero.** 2021. 140 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Diversidade)- Universidade do Estado da Bahia. Conceição do Coité, 2021.

RODRIGUES, O.R. **A formação do educador do campo: concepções, desafios e perspectivas à luz do curso de licenciatura em Educação do Campo**. 116 f. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Diálogo Educacional revista** [online], v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189116275004 >. ISSN 1518-3483. Acesso em: 07 maio 2025.

SÁ, M.F. de. **A implementação das diretrizes curriculares da educação do campo no município de Coroatá-Maranhão**. 2024 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Práticas Educativas), Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2024.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo.** Tradução Alexandre Salvaterra; revisão técnica: Miguel González Arroyo. Porto Alegre: Penso, 2013.



SANTANA, C.W.O.M. **O currículo da/para a educação do campo implementado em uma escola do espaço rural localizada no município de SalvaTerra/PA**. 2024. 129 f. Dissertação (Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

SILVA, A.C.da. **A matemática escolar e a sala de aula multiano na educação do campo do município de Cerro Azul- PR. 2022** -Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

SANTOS, M. P. S. **Escola, família e comunidade: o lugar da (re)afirmação identitária da juventude do campo**. 2020. 196 f. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social). Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2020.

SOARES, E.F. **Os saberes tradicionais e a educação escolar sobre fauna do ecótono do sudoeste de Mato Grosso na escola estadual do e no campo Madre Cristina.** 2023. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais - Universidade do Estado do Mato Grosso, Cáceres, 2023.

SOBRAL, G.M.S. **Educação do campo: uma análise da implementação do Programa Escola da Terra no estado do Piauí.** 2024. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2024.

SOUZA, M.A. **A pesquisa sobre educação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nos Programas de Pós-Graduação em Educação**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, p. 443-461, set./dez. 2007.